

EDITAL DE CONCORRÊNCIA

Nº 20/2026

INVERSÃO DE FASES

CONTRATANTE

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia/SP.

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO, FRESAGEM E RECOMPOSIÇÃO ASFÁLTICA EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA/SP.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 10.817.632,99

DATA DA SESSÃO

16/07/2026

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

Das 08h30 do dia 29 de junho de 2026 às 08h30 horas do dia 16 de julho de 2026.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA

ABERTO

EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADA

NÃO

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA
CONCORRÊNCIA Nº 20/2026
(Processo Administrativo nº164578/2026)

INVERSÃO DE FASES

Torna-se público que o(a) Município da Estância Turística de Olímpia/SP, por meio do(a) Secretaria Municipal de Gestão e Cidade Inteligente, sediado(a) Rua Nove de Julho, nº 1.054 – Patrimônio de São João Batista – CEP: 15.400-085, realizará licitação, para contratação de empresa especializada com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos para a execução de obra, na modalidade **CONCORRÊNCIA** na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 9.039, de 31 de janeiro de 2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 – DO OBJETO

1.1 – O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO, FRESAGEM E RECOMPOSIÇÃO ASFÁLTICA EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA/SP**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 – A licitação será realizada em um único item.

2 – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 – O edital completo desta licitação encontrasse disponível em sua íntegra no site da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia, podendo ser acessado através do link <https://e-licita.olimpia.sp.gov.br:8095/>.

2.1.1 – Para participar desta Concorrência os interessados deverão se credenciar no Licitações Eletrônicas (e-licita) da Prefeitura do Município da Estância Turística de Olímpia. (<https://e-licita.olimpia.sp.gov.br:8096/>).

2.1.2 – Recomenda-se que os interessados solicitem seu credenciamento no sistema até o segundo dia útil anterior à data prevista para recebimento da proposta.

2.2 – O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou unidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 – É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder,

imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 – A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5 – Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1 – Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2 – Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3 – Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4 – Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5 – Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6 – Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações, concorrendo entre si;

2.5.7 – Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8 – agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9 – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.10 – Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6 – O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7 – A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou

de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8 – Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9 – O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10 – Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.11 – A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.12 – Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;

2.12.1 – Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

3 – DA INVERSÃO DE FASES

3.1 – A presente licitação será realizada com INVERSÃO DE FASES, nos termos do art. 17, §1º da Lei n.º 14.133/21, na qual a fase de habilitação dos licitantes precederá à fase de apresentação de propostas e lances, em busca da melhor prestação dos serviços que compõem o objeto deste certame, conforme justificativa constante Anexo VI – Termo de Referência, do Edital.

3.2 – A inversão de fases terá por escopo a verificação prévia da habilitação e qualificação técnica dos licitantes, em busca de atender aos parâmetros mínimos de qualidade definidos no Termo de Referência – Anexo VI do Edital, na tentativa de evitar a mácula no preço com a realização da disputa de lances antes do julgamento da capacidade de execução do objeto. Assim, a disputa ocorrerá após a análise da habilitação dos licitantes, sendo o menor preço o critério decisivo na escolha da melhor proposta para a administração.

3.3 – Esta providência permitirá selecionar empresas que tenham plena capacidade jurídica técnica, fiscal, social e trabalhista, bem como econômico-financeira, mitigando as dificuldades enfrentadas com o atual contrato dela decorrente, garantindo o interesse público com a consequente contratação de empresa suficientemente estruturada jurídica, econômica e tecnicamente.

4 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 – Na presente licitação, a habilitação antecede as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no Edital.

4.2 – Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, os documentos de habilitação e a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 – Na fase de habilitação, o licitante declarará, através da declaração única presente no Anexo X:

4.3.1 – Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 – Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 – Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 – Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, prevista em lei e em outras normas específicas.

4.4 – O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.1 – No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para o item;

4.4.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5 – A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6 – Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7 – Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8 – Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9 – Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10 – O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 – O licitante deverá enviar sua proposta, exclusivamente através do site <https://e-licita.olimpia.sp.gov.br:8096/>, quando deverá ser selecionado a Concorrência desejado, e deverá preencher os seguintes campos:

5.1.1 – Valor;

5.2 – Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1 – O licitante **NÃO PODERÁ** oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3 – Nos valores propostos deverão ser de forma unitária (com aproximação de, no máximo, **duas casas decimais**), e neles estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto,

5.4 – Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 – Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 – Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 – Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8 – A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1 – O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2 – Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6 – DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1 – A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 – Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4 – Para fins de habilitação, os licitantes deverão apresentar documentação relativa a:

- a) habilitação jurídica;
- b) regularidade fiscal, social e trabalhista;
- c) qualificação econômico-financeira;
- d) qualificação técnica profissional e operacional;
- e) declarações exigidas pela Lei nº 14.133/2021 e pelo presente edital.

6.4.1 – As exigências específicas, documentos, índices, quantitativos mínimos, comprovações técnicas e demais requisitos se encontram detalhados no Termo de Referência – Anexo VI, parte integrante deste edital.

6.5 – Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.6 – Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.7 – Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

6.7.1 – Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

6.8 – Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por autenticação feita por servidor público da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia, ou outro meio legal.

6.9 – Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

6.10 – Será verificado se o licitante apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.11 – O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

6.12 – Considerando que a presente contratação a avaliação prévia do local de execução não é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deverá atestar sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurando a ele o direito de realização de vistoria prévia.

6.12.1 – O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horários exclusivos, a ser agendado conforme Termo de Referência, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

6.12.2 – Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme Anexo XI.

6.13 – É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Cadastro do Sistema Informatizado das Licitações Eletrônicas (e-licita) , realizado através do site <https://e-licita.olimpia.sp.gov.br:8096/>. e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.13.1 – A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.14 – A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.15 – Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

6.16 – Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e Decreto Municipal nº 9.039, art. 36, §4º):

6.16.1 – Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

6.16.2 – Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.17 – Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

6.18 – Os documentos de habilitação serão disponibilizados para acesso de todos os licitantes.

6.19 – Finalizada a fase de habilitação, a interposição de recurso referente à habilitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme item 10 – DOS RECURSOS.

7 – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 – Iniciada a etapa competitiva, os licitantes habilitados deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.2 – O lance deverá ser ofertado pelo **MENOR VALOR GLOBAL DO ITEM**.

7.3 – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.4 – O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.5 – O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “**ABERTO**”.

7.6 – No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.6.1 – A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema.

7.6.2 – A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação.

7.6.3 – Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.6.4 – Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.6.5 – Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.7 – Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.8 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.9 – Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.10 – No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da Licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.11 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.12 – Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.13 – Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.14 – A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.15 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.16 – O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.17 – O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada, em conformidade com o Anexo II, ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.17.1 – Será avaliado o preço global da proposta como critério de julgamento. No entanto, os preços unitários máximos de cada item da planilha base serão os limitadores dos preços unitários das propostas. Desta forma, por critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, estes não deverão estar acima dos preços fixados na planilha base.

7.18 – É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.19 – Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 – DA FASE DE JULGAMENTO

8.1 – Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 – Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia – CRC, realizado através do site <https://e-licita.olimpia.sp.gov.br:8096/>.

8.1.2 – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

8.1.3 – Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

8.1.4 – Certificado de Registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) expedido pela Receita Federal;

8.1.5 – Cadastro de empresas apenadas, pelo site do TCESP <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>, publicada mensalmente no Diário Oficial do Estado.

8.2 – A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3 – Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de consideração de participação.

8.4 – Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 2.1 deste edital.

8.5 – Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Decreto Municipal nº 9.039, de 31 de janeiro de 2024.

8.6 – Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1 – Contiver vícios insanáveis;

8.6.2 – Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3 – Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4 – Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5 – Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7 – No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.7.1 – A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.7.1.1 – Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.7.1.2 – Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.8 – Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.8.1 – Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global, ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.8.2 – No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

8.8.3 – No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.8.4 – Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.9 – Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10 – Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10.1 – Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.11 – Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1 – O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2 – Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12 – Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante da execução no objeto.

8.13 – Finalizada a fase de julgamento, a interposição de recurso referente à julgamento, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme item 10 – DOS RECURSOS.

9 – DO CONTRATO

9.1 – Das Condições

9.1.1 – O Contrato decorrente da presente Licitação, bem como suas alterações, ficarão subordinados às normas da Lei Federal nº 14.133/21 e de acordo com minuta anexa ao presente.

9.1.2 – O prazo de vigência do contrato será de 16 (dezesesseis) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, exclusivamente nas hipóteses previstas nos arts. 105 e 111 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando necessário à conclusão do objeto contratado, em decorrência de fatos supervenientes devidamente justificados e formalmente reconhecidos pela Administração, desde que a prorrogação não decorra de culpa exclusiva da contratada.

9.1.2.1 – O prazo de vigência da contratação incluirá:

9.1.2.2 – Mobilização da empresa e implantação da estrutura operacional necessária à execução dos serviços;

9.1.2.3 – Execução dos serviços em todas as frentes e vias definidas pela Administração;

9.1.2.4 – Desmobilização de equipamentos, pessoal e estruturas auxiliares;

9.1.2.5 – Emissão, ateste e pagamento das medições;

9.1.2.6 – Recebimento provisório, saneamento de pendências e recebimento definitivo.

9.1.3 – O prazo de execução do objeto será de 12 (doze) meses, contados a partir do efetivo início dos serviços, que deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço.

9.1.3.1 – O cumprimento do prazo acima não poderá ser satisfeito mediante redução da qualidade dos serviços executados, da espessura contratada, da compactação, do acabamento superficial, da segurança dos trabalhadores ou da segurança dos usuários das vias.

9.1.3.2 – Os equipamentos e serviços relativos ao objeto deverão ser executados em sua integridade e em total conformidade com os projetos básicos, executivos, memorial descritivo e demais documentos técnicos disponíveis nos anexos do presente termo de referência.

9.1.4 – Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.5 – Será exigida a garantia da contratação 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, de acordo com o arts. 96 e 98 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual indicado e condições descritas nas cláusulas do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua.

9.1.6 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.1.7 – O contrato poderá ser assinado por meio de assinatura digital certificada e disponibilizado no sistema.

9.1.8 – Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

9.2 – Condições de execução

9.2.1 – A execução do objeto deverá ocorrer de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 7h00 às 17h00, em conformidade com a programação definida pela fiscalização contratual e com as ordens de serviço emitidas pela Administração.

9.2.2 – Os serviços deverão ser organizados por frentes de trabalho, trechos e etapas executivas, de modo a assegurar continuidade operacional, segurança viária, adequada sinalização temporária, minimização dos impactos à mobilidade urbana e eficiente acompanhamento pela fiscalização.

9.2.3 – Antes do início de cada frente de serviço, a contratada deverá implantar a sinalização temporária, efetuar o isolamento do trecho e apresentar à fiscalização o planejamento executivo correspondente.

9.2.4 – A fresagem descontínua será executada exclusivamente nos trechos definidos pela Administração, com espessura de 3,00 cm, observadas a regularidade do corte, a limpeza da superfície e a preservação das camadas remanescentes.

9.2.5 – Após a fresagem e a limpeza do trecho, deverá ser executada a imprimatura/pintura ligante nas áreas liberadas, em conformidade com a taxa de aplicação e as condições da superfície de apoio.

9.2.6 – A recomposição asfáltica será realizada mediante aplicação de concreto asfáltico com cimento asfáltico modificado por borracha – Faixa III, devendo a camada final compactada apresentar espessura de 3,00 cm.

9.2.7 – A aplicação do CBUQ deverá observar condições adequadas de temperatura, espalhamento, acabamento e compactação, vedada a execução sobre superfície inadequadamente limpa, úmida, contaminada ou sem aderência suficiente.

9.2.8 – A contratada deverá manter controle contínuo da temperatura da mistura asfáltica desde a saída da usina até o momento da aplicação, registrando os dados em relatórios próprios vinculados ao respectivo trecho executado.

9.2.9 – A espessura executada da camada de CBUQ deverá ser conferida pela fiscalização por meio de métodos compatíveis com a natureza do serviço, inclusive medições in loco, abertura de janelas, extração de corpos de prova, testemunhos ou outros meios tecnicamente idôneos, sempre que necessário.

9.2.10 – A profundidade da fresagem também será objeto de verificação específica, não sendo admitida execução em desacordo com a espessura contratual de

3,00 cm, salvo ajuste pontual formalmente autorizado pela fiscalização em situação tecnicamente justificada.

9.2.11 – A contratada deverá manter rastreabilidade por trecho executado, com indicação de data, equipe, equipamentos utilizados, cargas aplicadas, área atendida, espessura aferida, resultados laboratoriais e demais informações necessárias à perfeita correlação entre execução física e medição.

9.2.12 – Verificada qualquer não conformidade relacionada à mistura, à espessura, à aderência, à compactação, ao acabamento ou à regularidade da superfície, a contratada deverá promover imediatamente a correção do serviço, não se admitindo o recobrimento da falha sem o adequado saneamento técnico.

9.2.13 – Concluída a camada de rolamento e aceitos os serviços do trecho, a contratada deverá executar a sinalização horizontal prevista na planilha orçamentária.

9.2.14 – Os serviços serão liberados ao tráfego somente após a aceitação da fiscalização, garantidas as condições mínimas de segurança e desempenho do trecho executado.

Materiais a serem disponibilizados

9.2.15 – A execução do objeto deverá contemplar o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e insumos necessários para sua integral realização, bem como aqueles relativos à segurança, ao isolamento da área, ao controle tecnológico e à proteção do entorno.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

9.2.16 – A empresa deverá prever em seus custos as despesas diretas e indiretas, por meio da apropriação do BDI, bem como todos os demais encargos necessários à execução integral do objeto.

9.2.17 – A proposta orçamentária deverá ser formalizada de acordo com o modelo definido no edital, devendo a licitante melhor classificada disponibilizá-la em formato editável (xls ouxlsx) para fins de conferência e análise técnica.

9.2.18 – Deverá ser adotado pela contratada critério de arredondamento de 2 (duas) casas decimais para cima, quando aplicável à composição de preços e memoriais de cálculo.

9.2.19 – Para a adequada formulação da proposta, a licitante deverá considerar que o objeto será executado em diversas vias urbanas do Município da Estância Turística de Olímpia/SP, por trechos e frentes de serviço definidos pela Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, conforme a planilha orçamentária, ordens de serviço e programação da fiscalização.

9.2.20 – Os quantitativos de referência considerados para dimensionamento da contratação são os seguintes, sem prejuízo do detalhamento constante da planilha orçamentária em anexo ao edital:

Tabela 2 – Quantitativos de referência para dimensionamento da contratação

SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE	OBSERVAÇÃO
Imprimadura / pintura ligante	m ²	188.592,10	Sobre áreas fresadas e limpas
CBUQ com CAP modificado por borracha - Faixa III	m ³	5.657,76	Espessura final compactada: 3,00 cm

SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE	OBSERVAÇÃO
Fresagem descontinua (e = 3 cm)	m³	2.750,00	Espessura de 3,00 cm
Transporte de material fresado	tkm	6.875,00	Conforme distância média estimada
Sinalização horizontal	m²	1.750,00	Após aceite da camada de rolamento

Fonte: Planilha orçamentária do Processo Administrativo nº 164578/2026.

9.2.21 – A proposta deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à completa execução do objeto, inclusive materiais, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, equipamentos, ferramentas, transporte, usinagem, mobilização, desmobilização, sinalização temporária, segurança viária, controle tecnológico, ensaios, relatórios, limpeza final, destinação de resíduos e demais obrigações previstas neste Termo de Referência.

9.2.22 – A licitante deverá considerar que a execução ocorrerá, em regra, de segunda a sexta-feira, das 7h00 às 17h00, podendo haver remanejamento de frentes de serviço, priorização de trechos e adequações de sequência por interesse público, condições climáticas, interferências viárias, eventos municipais ou necessidade de preservação da mobilidade urbana.

9.2.23 – A licitante deverá avaliar a logística de fornecimento, transporte e aplicação do CBUQ, de modo a garantir que a massa asfáltica seja entregue nas frentes de serviço em condições adequadas de temperatura, trabalhabilidade, homogeneidade e compactação, observadas as normas técnicas aplicáveis e os controles exigidos pela fiscalização.

9.2.24 – A eventual opção da licitante por não realizar vistoria prévia não a exime da responsabilidade pela correta avaliação das condições locais, da logística necessária, das interferências ordinárias, dos acessos, do tráfego, das condições de execução e dos custos envolvidos, nos termos da declaração de pleno conhecimento prevista no edital.

9.2.25 – A medição e o pagamento observarão exclusivamente os serviços efetivamente executados, aceitos e comprovados pela fiscalização, com compatibilização entre área executada, espessura contratual de 3,00 cm, volume medido, tickets de balança, boletins de usina, relatórios tecnológicos e registros de campo.

9.2.26 – O preço ofertado deverá observar os valores de referência adotados pela Administração, o regime de empreitada por preço unitário, o BDI previsto na planilha orçamentária e os critérios de aceitabilidade e exequibilidade estabelecidos no edital e neste Termo de Referência.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, § 1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

9.2.27 – A contratada deverá garantir a qualidade, a durabilidade, a segurança e o desempenho dos serviços executados, respondendo por vícios, defeitos, falhas de execução, insuficiência de compactação, espessura inferior à contratada, desagregação, segregação, exsudação, trincamentos prematuros, deformações, perda de aderência entre camadas, falhas de acabamento e demais inconformidades técnicas imputáveis à execução ou aos materiais empregados.

9.2.28 – A garantia técnica dos serviços será de 5 (cinco) anos quanto à solidez, segurança e integridade da obra, contados do recebimento definitivo, sem prejuízo dos prazos legais aplicáveis, da responsabilidade civil da contratada e das obrigações de correção de vícios constatados durante o recebimento provisório ou definitivo.

9.2.29 – A garantia de que trata este item abrange os serviços de fresagem, limpeza e preparação da superfície, pintura ligante/imprimadura, fornecimento e aplicação do CBUQ, compactação, acabamento superficial, sinalização horizontal e demais atividades diretamente relacionadas à solução executada.

9.2.30 – Constatado vício, falha ou desempenho incompatível com as especificações técnicas, a fiscalização notificará a contratada para avaliação e correção do trecho, cabendo à contratada executar, às suas expensas, todos os reparos, substituições, recomposições, ensaios, mobilizações e providências necessárias ao saneamento da inconformidade.

9.2.31 – A garantia não abrangerá danos comprovadamente decorrentes de desgaste ordinário compatível com o uso regular da via, intervenções posteriores de terceiros ou concessionárias, acidentes, vandalismo, eventos climáticos extraordinários ou alteração superveniente das condições de tráfego e drenagem não imputável à contratada.

9.2.32 – A existência de recebimento provisório, recebimento definitivo, pagamento, aplicação do IMR ou liberação de medições não afasta a responsabilidade da contratada por vícios ocultos ou defeitos supervenientes decorrentes de falha de execução, material inadequado ou descumprimento das normas técnicas aplicáveis.

9.2.33 – A contratada deverá manter disponíveis, durante o prazo de garantia, os registros de execução, relatórios de controle tecnológico, ART/RRT, boletins de usina, tickets de pesagem, relatórios fotográficos e demais documentos necessários à rastreabilidade técnica dos serviços executados.

Do recebimento

9.2.34 – Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, pelo(s) fiscal(is), mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

9.2.35 – O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere à parcela a ser paga.

9.2.36 – O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (art. 21, X, Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

9.2.37 – O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (art. 22, VII, Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

9.2.38 – Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos ser-

viços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

9.2.39 – Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

9.2.40 – O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.2.41 – A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.2.42 – O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

9.2.43 – Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com a planilha, com os critérios de medição, com as normas técnicas, com a proposta ou com este Termo de Referência.

9.2.44 – Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.2.45 – O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço, da apresentação de toda a documentação exigida, da inexistência de vícios e da aceitação formal mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

9.2.46 – Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is), no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 20, VIII, do Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

9.2.47 – Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

9.2.48 – Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.2.49 – Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.2.50 – Enviar a documentação pertinente à Divisão de Suprimentos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.2.51 – No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.2.52 – Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.2.53 – O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.3 – Do Reajuste

9.3.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado em 08/05/2026.

9.3.2 – O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais DER/SP TPU 10/2025 não desonerada e DNIT/SICRO 10/2025.

9.3.3 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INCC – Índice Nacional de Custo de Construção, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3.4 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.3.5 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.3.5.1 – Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

9.3.6 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.3.7 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.3.8 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.3.9 – O reajuste será realizado por apostilamento.

10.1 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO, IMR E RECEBIMENTO

10.1.1 – As medições serão mensais, de acordo com o cronograma físico-financeiro, e deverão ser provocadas pela contratada mediante apresentação de boletim de medição, memória de cálculo, diário de obras, relatório fotográfico georreferenciado, relatórios de controle tecnológico e demais documentos exigidos neste Termo de Referência.

10.1.2 – Somente serão medidos os serviços efetivamente executados, tecnicamente aceitos e documentalmente comprovados, não sendo devido pagamento por serviços rejeitados, retrabalhos, materiais apenas depositados em obra, perdas operacionais ou frentes sem rastreabilidade suficiente.

10.1.3 – A medição do CBUQ e da fresagem, ambos previstos em metro cúbico na planilha base, deverá ser obrigatoriamente compatibilizada pela fiscalização com a área efetivamente executada e com a espessura contratual de 3,00 cm, de modo a impedir medições dissociadas da realidade física do trecho.

10.1.4 – A medição da imprimadura/pintura ligante dependerá da compatibilidade entre área tratada, volume aplicado e taxa média de aplicação, enquanto a do transporte do material fresado ficará vinculada aos quantitativos efetivamente removidos e aos comprovantes de deslocamento e destino.

10.1.5 – Predominará, para todos os efeitos, a medição apurada pela fiscalização setorial e técnica do contrato, podendo ser indicadas glosas, retenções ou descontos proporcionais às irregularidades constatadas.

10.1.6 – Os relatórios de medição deverão ser apresentados em formato PDF e XLSX, devidamente assinados, numerados e acompanhados dos respectivos anexos comprobatórios.

10.1.7 – Cada medição deverá ser instruída, no mínimo, com boletim de medição, memória de cálculo, diário de obras, relatório fotográfico georreferenciado, mapa dos trechos executados, tickets de pesagem, boletins de usina, relatórios de controle tecnológico e demais documentos necessários à comprovação da perfeita correspondência entre o serviço executado e o quantitativo medido.

10.1.8 – Para CBUQ, previsto em metro cúbico, a fiscalização deverá obrigatoriamente confrontar a área executada, a espessura final compactada de 3,00 cm e o volume correspondente, podendo adotar, para fins de validação, os tickets de pesagem e os boletins de usinagem como elementos complementares de rastreabilidade.

10.1.9 – Para fresagem descontínua, também previsto em metro cúbico, a medição dependerá da comprovação dos trechos efetivamente fresados, da profundidade executada de 3,00 cm, do volume apurado e da compatibilidade com os registros de campo e com o transporte do material removido.

10.1.10 – A ausência de comprovação tecnológica, a inconsistência entre área, volume e espessura, ou a existência de defeitos funcionais, geométricos ou de acabamento autorizarão a glosa ou retenção da medição até a completa regularização do trecho ou da documentação.

10.1.11 – A última medição, ou parcela dela, poderá permanecer retida até a apresentação do relatório final consolidado, do conjunto completo dos ensaios e controles tecnológicos e da confirmação, pela fiscalização, de que não subsistem pendências técnicas impeditivas ao recebimento definitivo.

10.1.12 – Os pagamentos serão realizados seguindo a ordem cronológica de liquidação do setor competente da Administração, observada a legislação municipal aplicável e a regularidade fiscal da contratada.

10.1.13 – A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição até que sejam sanadas todas as pendências eventualmente apontadas no recebimento provisório, sem prejuízo da aplicação do IMR e das demais medidas cabíveis.

Do Instrumento de Medição de Resultados (IMR)

10.1.14 – O Instrumento de Medição de Resultados – IMR é parte integrante da relação contratual e tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela contratada, permitindo a adequação do pagamento por meio de critérios objetivos de desempenho, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

10.1.15 – O IMR será aplicado mensalmente pela fiscalização técnica e/ou setorial, com base em memória de cálculo própria, avaliando o atendimento das metas, critérios e parâmetros qualitativos definidos neste Termo de Referência.

10.1.16 – Entre os indicadores mínimos de desempenho a serem observados no IMR incluem-se: cumprimento do cronograma físico; conformidade da espessura de fresagem; conformidade da espessura da camada de CBUQ; regularidade e acabamento superficial; qualidade da sinalização temporária e definitiva; rastreabilidade documental; atendimento às determinações da fiscalização; e apresentação tempestiva dos relatórios de controle tecnológico.

10.1.17 – O descumprimento dos indicadores relacionados à espessura, ao controle tecnológico, à rastreabilidade e à segurança viária será classificado como ocorrência grave para fins de apuração do desempenho contratual, sem prejuízo das glosas e sanções cabíveis.

10.1.18 – A aplicação do IMR não constitui sanção automática, mas compensação indenizatória à Administração em razão da baixa qualidade, da desconformidade ou do descumprimento dos critérios mínimos exigidos na execução do objeto.

10.1.19 – O percentual máximo de redução do pagamento decorrente da aplicação do IMR não ultrapassará 15% (quinze por cento) do valor bruto da medição do período.

Tabela 3 - Instrumento de Medição de Resultados (IMR)

CATEGORIA	INDICADOR	META / PARÂMETRO	GLOSA MÁXIMA	OBSERVAÇÃO
1	Sinalização temporária e segurança da frente de serviço	Manter isolamento, sinalização e segurança adequados.	2,00%	Aplica-se em caso de falha, ausência ou insuficiência de sinalização.
2	Preparação da superfície e limpeza do trecho	Executar limpeza, preparo, regularização e liberação da superfície de apoio em conformidade com o serviço subsequente.	1,50%	Inclui remoção de materiais soltos, pó, lama e resíduos.
3	Fresagem descontínua	Executar a fresagem com espessura de 3,00 cm e acabamento adequado, sem danos indevidos às camadas remanescentes.	2,00%	Admite glosa proporcional ou total do trecho irregular.
4	Imprimadura / pintura ligante	Aplicar o ligante de forma uniforme, em taxa compatível e sobre superfície devidamente liberada.	1,50%	Falhas de cobertura ou excesso poderão ensejar glosa do trecho.
5	CBUQ - espessura, acabamento e compactação	Executar camada final compactada de 3,00 cm, com adequada regularidade, acabamento e compactação.	3,00%	Sem prejuízo da rejeição e reexecução do trecho, quando cabível.
6	Controle tecnológico e rastreabilidade	Apresentar ensaios, boletins, tickets, relatórios e documentação compatíveis com a medição, por trecho executado, em formato rastreável.	2,00%	A ausência ou insuficiência de rastreabilidade autoriza retenção e glosa da medição correspondente ao trecho afetado.
7	Cumprimento da programação e atendimento à fiscalização	Atender ao cronograma e às determinações formais da Administração em prazo hábil.	1,50%	Considera atrasos injustificados e resistência ao ajuste operacional.
8	Sinalização horizontal e limpeza final	Executar sinalização em conformidade com o projeto e entregar os trechos limpos e aptos ao uso.	1,50%	Incide sobre falhas de acabamento, visibilidade e entrega final.

Fonte: Critérios de desempenho definidos pela Administração no Termo de Referência.

10.1.20 – Constatado o descumprimento das metas do IMR, o fiscal procederá de ofício à adequação do pagamento, observando o princípio da proporcionalidade e a menor onerosidade possível para a contratada, sem prejuízo da tutela do interesse público.

10.1.21 – As glosas decorrentes da aplicação do IMR não excluem a possibilidade de aplicação de sanções administrativas, nem a exigência de correção, reexecução ou substituição dos serviços inadequadamente executados.

10.2 – Liquidação

10.2.1 – Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma da legislação municipal aplicável, prorrogável por igual período.

10.2.2 – Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: data da emissão, dados do contrato e do órgão contratante,

período respectivo de execução, valor a pagar e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.2.3 – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização, sem ônus à contratante.

10.2.4 – A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.5 – A Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público.

10.2.6 – Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.2.7 – Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.2.8 – Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.2.9 – Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos órgãos oficiais.

Prazo de pagamento

10.2.10 – O pagamento será efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme a regulamentação municipal aplicável.

Forma de pagamento

10.2.11 – O pagamento será realizado por ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.2.12 – Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.2.13 – O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.3 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.3.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

10.3.1.1 – A contratação será atendida pela seguinte dotação:

02.00.00 – Prefeitura Municipal;

02.13.00 – Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura;

02.13.03 – Divisão de Projetos e Obras;

Classificação funcional: 154510034/1006 – Recapeamento Asfáltico;

Natureza da despesa: 449051 – Obras e Instalações;

Ficha orçamentária: 418;

Vínculo detalhado: 07.110.0000 – Geral.

11 – DOS RECURSOS

11.1 – A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 – O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3 – Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1 – a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de preclusão;

11.3.2 – O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3 – O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4 – Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 – O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 – Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 – O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 – O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9 – O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10 – Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://e-licita.olimpia.sp.gov.br:8096/>.

12 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 – Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação/Comissão/a durante o certame;

12.1.2 – Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1 – Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2 – Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3 – Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4 – Deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5 – Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3 – Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1 – Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4 – Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5 – Fraudar a licitação.

12.1.6 – Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1 – Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2 – Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3 – Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7 – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.8 – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2 – Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1 – Advertência;

12.2.2 – Multa;

12.2.3 – Impedimento de licitar e contratar e

12.2.4 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3 – Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 – A natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2 – As peculiaridades do caso concreto

12.3.3 – As circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4 – Os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5 – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4 – A multa será recolhida em percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1 – Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

12.4.2 – Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15%(quinze por cento) a 30%(trinta por cento) do valor do contrato licitado.

12.5 – As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6 – Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7 – A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

12.8 – Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades, nos termos do Decreto Municipal nº 9.039, de 31 de janeiro de 2024.

12.10 – A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11 – Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12 – Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13 – O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14 – A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13 – DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

13.1 – Qualquer pessoa é parte legítima pedir esclarecimentos ou impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo encaminhar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, por meio eletrônico, na forma prevista neste edital.

13.2 – A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3 – A impugnação ou pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, através do site <https://e-licita.olimpia.sp.gov.br:8096/>, que já possui campo específico para tal fim.

13.4 – As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1 – A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5 – Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14 – ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

14.1 – A fiscalização do contrato da obra ficará a cargo do servidor da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura: **Guilherme Amin de Faria, Assessor Executivo, contato por meio do e-mail gafaria@olimpia.sp.gov.br e telefone (17) 3279-4860**, com o apoio da Divisão de Projetos e Obras, da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato.

14.2 – A Gestão do contrato em questão, ficará a cargo da servidora Sr^a **Aline Cristina Ribeiro (Assessor de Gabinete I)**, e-mail: acribeiro@olimpia.sp.gov.br, telefone (17) 3279-4860, o gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas

14.3 – A presença da fiscalização da Secretaria não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.

15 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 – Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2 – Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.

15.3 – Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

15.4 – A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5 – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6 – Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8 – O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9 – Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10 – O Edital está disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://e-licita.olimpia.sp.gov.br:8096/>.

15.11 – INTEGRAM ESTE EDITAL, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE ANEXOS:

15.11.1 – Anexo I – Planilha Orçamentária Base;

15.11.2 – Anexo II – Formulário Proposta;

15.11.3 – Anexo III – Cronograma Físico-Financeiro;

15.11.4 – Anexo IV – Composição BDI;

15.11.5 – Anexo V – Projetos básicos e executivos;

15.11.6 – Anexo VI – Termo de Referência;

15.11.6.1 – Anexo VI A – Estudo Técnico Preliminar;

15.11.7 – Anexo VII – Minuta de Contrato;

15.11.8 – Anexo VIII – Termo de Ciência e de Notificação;

15.11.9 – Anexo IX – Declaração de Documentos à Disposição do Tribunal;

15.11.10 – Anexo X – Modelo de Declarações;

15.11.11 – Anexo XI – Modelo Declaração – Visita Técnica Facultativa.

Olímpia/SP, 26 de junho de 2026

Max Mena

Secretário Municipal de Gestão e Cidade Inteligente